



**ATA DA QUINTA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE – CRF/SE, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE.**

1 A plenária iniciou-se às dezoito horas e oito minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e  
2 vinte, na sala da presidência do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Sergipe (CRF/SE),  
3 situado na Avenida Governador Paulo Barreto de Menezes, número trezentos e cinquenta e dois,  
4 bairro treze de julho Aracaju, SE. Participaram da reunião os Diretores do CRF/SE: **Dr. Marcos**  
5 **Cardoso Rios – Presidente, Dra. Larissa Feitosa Carvalho – Diretora Tesoureira e Dra.**  
6 **Elisdete Maria Santos de Jesus - secretária geral** e os Conselheiros Regionais Efetivos: **Dra.**  
7 **Alexsandra Sousa Gomes, Dra. Clara Raissa de França Rocha e Lopes, Dra. Daniela Santos**  
8 **Silva Ferreira de Almeida, Dr. Fábio Jorge Ramalho de Amorim, Dr. Francisco de Assis de**  
9 **Aragão Feitosa, Dra. Francilene Amaral da Silva, Dra. Rosa de Lourdes Faria Mariz, Dra.**  
10 **Quênnia Garcia Moreno Resende e Dra. Vanilda Oliveira Aguiar.** Entre os Conselheiros  
11 Regionais Suplentes estavam: **Dr. Lysandro Pinto Borges.** Outros presentes: **Dra. Maria de**  
12 **Fátima Cardoso Aragão – Conselheira Federal de Sergipe; Dra. Patrícia de Moura Melo –**  
13 **Assessora jurídico do CRF/SE, Josefa Neide de Souza - contadora, Rebeca Marques Teixeira**  
14 **– Assessoria de Comunicação e Cosmira Alves Ribeiro, funcionária.** O Presidente **Dr. Marcos**  
15 **Rios** declarou aberta a sessão, agradeceu e registrou a presença da Dra. Maria de Fátima,  
16 Conselheira Federal de Sergipe e a audiência dos espectadores que nos assistiu ou nos assistirão  
17 através das redes sociais do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe. **Dr. Marcos Rios,** iniciou  
18 o item de ponto de pauta: **I – Destaques da Ata da Quarta Reunião Plenária Ordinária,**  
19 realizada em vinte e nove de setembro de dois mil e vinte, para leitura, apreciação e comentários.  
20 Tiveram todos a oportunidade de manifestar seus destaques, foi colocada em discussão a aprovação  
21 da ata mencionada e nada mais havendo a alterar, foi aprovada após as correções e assinada por  
22 todos. Em seguida, o presidente passou para o próximo ponto de pauta: **II- Leitura dos informes**  
23 **de interesse público e dos farmacêuticos, leitura de informações da diretoria e depois**  
24 **leitura dos demais participantes:** Foram destaques do **Dr. Marcos Rios:** a) No dia sete de  
25 outubro de dois mil e vinte, o Conselho Regional de Farmácia de Sergipe lançou a campanha “Fique  
26 legal com o seu regional”. De acordo com o Dr. Marcos Rios, essa é uma estratégia de recuperação  
27 de dívidas. Os farmacêuticos e as firmas inscritas no Conselho de Farmácia de Sergipe, que  
28 possuem pendências com o Conselho, tem a oportunidade de regularizar sua situação. O intuito é  
29 assegurar o direito dos profissionais e firmas de negociarem débitos com a instituição, conforme  
30 estabelecem nas Resoluções do Conselho Federal de Farmácia de números Quinhentos e Trinta e  
31 Três do ano de dois mil e dez e a Seiscentos e Oitenta e Oito do ano de dois mil e vinte. Dr. Marcos  
32 destacou que os débitos podem ser divididos em até vinte e quatro meses com parcela mínima para  
33 os farmacêuticos de Cem Reais e para as firmas o valor mínimo de Duzentos e Cinquenta Reais;  
34 b) O Conselho Regional de Farmácia de Sergipe finalizará as etapas de cooperação técnica junto  
35 ao Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, para oferecer aos farmacêuticos  
36 sergipanos um calendário fixo de atualizações e palestras, através do programa intitulado:  
37 “Academia Virtual Farmacêutica”. Através do ambiente virtual seguro, o farmacêutico poderá  
38 acessar os conteúdos e as aulas, criando login e senha restritos e essas atividades farão parte do  
39 programa de Educação Continuada do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe em parceria com  
40 o Conselho de Farmácia de São Paulo, vinculada à Comissão de Educação Continuada. O  
41 Presidente do Conselho de Farmácia de Sergipe, antecipou os votos de agradecimentos ao Dr.  
42 Marcos Machado e toda a sua diretoria, pela receptividade e cooperação. Acrescentou que o  
43 Conselho de Farmácia de Sergipe, recebeu no dia vinte e dois de outubro do corrente ano, a  
44 autorização de que todos os farmacêuticos no estado de Sergipe, já foram inseridos e cadastrados  
45 nessa plataforma. O lançamento acontecerá em ação conjunta entre as instituições, em data a ser

Francisco de Assis de Aragão Feitosa  
Conselheiro do CRF/SE

Dra. Francilene Amaral da Silva  
Conselheira Regional - CRF/SE

Alexsandra Sousa Gomes  
Conselheira do CRF/SE

Lysandro Pinto Borges  
Conselheiro Suplente

Fábio Jorge Ramalho de Amorim  
Conselheiro

Rosa de Lourdes Faria Mariz  
Conselheira do CRF/SE

Dra. Vanilda Oliveira Aguiar  
Conselheira Regional - CRF/SE

Dra. Quênnia Garcia Moreno Resende  
Conselheira Regional - CRF/SE

Daniela Santos Silva Ferreira de Almeida  
Conselheira do CRF/SE

Clara Raissa de França Rocha e Lopes  
Conselheira do CRF/SE

**Marcos Cardoso Rios**  
Presidente do CRF/SE

**Elisdete Maria Santos de Jesus**  
Secretária Geral do CRF/SE

**Dra. Larissa Feitosa Carvalho**  
Diretora Tesoureira - CRF/SE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA  
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



46 divulgadas; c) O Conselho de Farmácia de Sergipe formalizou as cooperações técnicas com as  
47 Vigilâncias Sanitárias do Estado e do município de Aracaju, que visaram as ações conjuntas de  
48 fiscalizações e troca de informações. A última reunião ocorreu semana passada entre essas  
49 instituições. Agradeceu as Doutoras Filomena Maria Cavalcante Goncalves de Aguiar e Renata  
50 Claudio de Souza, juntamente com todas as suas equipes, que acolheram as propostas deste  
51 Conselho de Farmácia; d) O Conselho de Farmácia de Sergipe (CRF-SE) formalizou uma  
52 cooperação técnica junto com o Conselho de Farmácia do Paraná (CRF-PR), para qualificação  
53 técnica dos membros da Comissão de Ética deste regional. Os membros da Comissão viajarão no  
54 dia nove de novembro do corrente ano, sendo previstas atividades de qualificação para montagem  
55 e avaliação dos processos éticos disciplinares, visando a reconstrução de estrutura e dos processos  
56 da Comissão de Ética deste regional. Em seguida, Dr. Marcos Rios, antecipou os votos de  
57 agradecimentos a Dra. Miriam Fiorentin e toda a sua diretoria, pela receptividade do pedido e  
58 disponibilização da equipe; e) O Conselho Regional de Farmácia de Sergipe agradeceu ao  
59 Governador Belivaldo Chagas em nome da Dra. Mércia Feitosa, pelo patrocínio de cartazes que  
60 farão parte da campanha de automedicação responsável. Foram impressos mil cartazes que serão  
61 distribuídos nas farmácias, unidades de saúde e a sociedade. A logomarca da Secretaria de Estado  
62 da Saúde, estampará os cartazes ao lado da logomarca do Conselho Regional de Farmácia de  
63 Sergipe e do Conselho Federal de Farmácia. Fica registrado os agradecimentos do Conselho de  
64 Farmácia à Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe, deixando claro a aproximação do Conselho  
65 aos órgãos que representam a promoção a saúde; f) O Conselho de Farmácia de Sergipe firmou  
66 parcerias nos termo do edital de credenciamento número Um de dois mil e vinte, com as empresas  
67 interessadas: Instituto de Desenvolvimento Educacional (IDE), para divulgação dos seus cursos,  
68 sendo previstos benefícios na forma de descontos sobre o valor das mensalidades de vinte por  
69 cento aos farmacêuticos inscritos no Conselho. Conforme previsto no edital, o convênio terá  
70 vigência de dois anos a contar da data da assinatura do contrato. Já com a empresa Conceitua  
71 Contabilidade Ltda, foram previstos descontos de dez a trinta por cento nos serviços. A referida  
72 empresa, oferecerá aos farmacêuticos proprietários das empresas, o serviço de recuperação de  
73 créditos tributáveis; g) O Conselho de Farmácia de Sergipe recebeu no dia vinte e um de outubro  
74 do corrente ano, a Dra. Maria de Fátima Cardoso Aragão, Conselheira Federal e o Dr. Daniel de  
75 Oliveira, Presidente da Comissão de Farmácia do Setor Público deste Conselho, para uma reunião  
76 com o Dr. Salviano Augusto de Almeida Mariz, diretor executivo do COSEMS. De acordo com  
77 o Dr. Marcos, foi formalizado uma cooperação do COSEMS na aproximação com os gestores  
78 municipais para a sensibilização de ações que visam a valorização da assistência farmacêutica e dos  
79 farmacêuticos nos municípios do Estado de Sergipe. Através do COSEMS, o Conselho apresentará  
80 carta de proposição da otimização dos recursos em saúde, a partir de uma assistência farmacêutica  
81 gerida pelo farmacêutico. A carta traz ainda, uma sensibilização para remuneração do farmacêutico.  
82 Em seguida Dr. Marcos Rios, agradeceu a Dra. Juliana Santos de Oliveira por ter revisado a carta  
83 e por incentivar a apresentação ao COSEMS, como também ao Dr. Salviano Mariz pela  
84 receptividade e parceria. Em seguida, o Dr. Marcos Rios abriu para os informes dos demais  
85 membros da diretoria e as inscrições para os demais conselheiros apresentarem seus informes. Com  
86 a palavra **Dra. Maria de Fátima**, informou que nos próximos dias vinte e nove e trinta de outubro  
87 do corrente ano, participará da plenária do Conselho Federal de Farmácia em Brasília-DF. Dra.  
88 Maria de Fátima inda informa que nos dias oito e nove de outubro do corrente ano participou do  
89 Encontro do Grupo de Trabalho (GT) de Farmácia Comunitária, onde foi discutido sobre a  
90 consulta pública número novecentos e onze, que aborda temas importantes, especialmente para as  
91 farmácias comunitárias. Dra. Maria de Fátima reforçou que continuará solicitando presencialmente  
92 as academias que incentivem a contribuição para a consulta pública número novecentos e onze.  
93 Em seguida agradeceu e parabenizou a diretoria do Conselho de Farmácia de Sergipe por todos os

Francisco de Assis de Aragão Feitosa  
Conselheiro do CRF/SE

Dra. Franciene Amaral da Silva  
Conselheira Regional - CRF/SE

Alexandra Sousa Gomes  
Conselheira do CRF/SE

Lysandro Pinto Borges  
2º Conselho Suplente

Fabiano Lopes Amador de Almeida  
Conselheiro

Marcos Cardoso Rios  
Presidente do CRF/SE

Elisdete Maria Santos de Jesus  
Secretária Geral do CRF/SE

Dra. Larissa Petosa Carvalho  
Diretora Tesoureira - CRF/SE

Rosa de Lóndres Maria Mariz  
Conselheira do CRF/SE

Dra. Vanilda Oliveira Aguiar  
Conselheira Regional - CRF/SE

Dra. Quênia Garcia Moreno Resende  
Conselheira Regional - CRF/SE

Daniela Santos Silva Pereira de Almeida  
Conselheira do CRF/SE

Clara Raissa de Oliveira Rocha e Lopes  
Conselheira do CRF/SE



94 trabalhos. Dra. Fátima ainda ressaltou a importância da cooperação técnica junto ao CRF-PR e da  
 95 relação de aproximação com o COSEMS. Com a palavra, o presidente Dr. Marcos Rios, perguntou  
 96 se tem mais alguém interessado em manifestar sua fala e não havendo nenhuma manifestação,  
 97 passou para os seguintes pontos de pauta: **III – Submissão para homologação da deliberação**  
 98 **número quatro, aprovada em ‘ad referendum’ do plenário que trata da criação do**  
 99 **regulamento interno do Fundo de Assistência ao Profissional – FAP:** Para antecipar  
 100 quaisquer dúvidas relacionadas a previsão orçamentária que compõe a rubrica, o presidente Dr.  
 101 Marcos Rios convidou a contadora do CRF-SE, Dra. Josefa Neide de Souza, para fazer a  
 102 apresentação da motivação que expos a previsão do orçamento. Dr. Marcos Rios ressaltou, que o  
 103 que deverá ser avaliado nessa deliberação é o regramento para a disponibilização de benefício, já  
 104 que o valor apresentado é apenas uma estimativa de eventual superávit que só será conhecido  
 105 quando for fechada as despesas e custeios e de pessoal do corrente ano. Com a palavra **Dra. Josefa**  
 106 **Neide**, relatou que para gerar a rubrica resolveu considerar o superávit dos últimos cinco anos,  
 107 deixando claro que esse valor apenas será lançado no plano orçamentário para 2021, já que o valor  
 108 devido somente será disponibilizado ao fim do ano fiscal. Dra. Neide ressaltou que “a Lei número  
 109 3.820 que regulamenta o Fundo de Assistência fala da renda líquida do exercício e, como é o  
 110 primeiro ano que o CRF-SE prevê este benefício, resolveu utilizar a média dos anos anteriores para  
 111 ter parâmetro”. Dra. Neide destacou que o sistema de contabilidade utilizado pelo CRF-SE é o  
 112 ‘implanta’, do qual foi extraído o balanço patrimonial que foi finalizado em cada exercício. Assim  
 113 foram utilizados o superávit dos anos 2016 a 2020, sendo 2020 calculado até o mês de agosto. O  
 114 valor médio foi de vinte e sete mil oitocentos e oitenta e um, com arredondamento para trinta mil  
 115 reais, conforme previamente discutido entre os membros da diretoria do CRF-SE e apresentados  
 116 aos membros da Comissão de Tomada de Contas (CTC). Segundo a Dra. Neide, em fevereiro de  
 117 dois mil e vinte, quando estiverem fechadas as contas fiscais do ano de 2020, será provisionado o  
 118 valor exato. Com a palavra **Dr. Marcos Rios**, agradeceu a apresentação e, sendo esta de  
 119 conhecimento dos membros do plenário, pediu os destaques e manifestações acerca da  
 120 apresentação do regramento da deliberação. **Dra. Vanilda Oliveira**, pediu a palavra para  
 121 apresentar o processo já que solicitou vistas, concedido pelo presidente. Em sua manifestação  
 122 apresenta as razões: “traduzindo o processo administrativo do Fundo de Assistência Profissional  
 123 do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe (CRF/SE). No processo contém sequencialmente,  
 124 a ata da reunião deliberativa realizada em vinte e nove de junho de dois mil e vinte, a Lei número  
 125 três mil oitocentos e vinte, que nos garante, o Regimento Interno do Conselho Regional de  
 126 Farmácia do Sergipe, a Resolução do Conselho Federal de Farmácia, que estabeleceu normas e  
 127 procedimentos orçamentários e contábil financeiro. Contemplou também no processo a Portaria,  
 128 que instituiu comissão composta da assistência profissional, o parecer jurídico, o parecer da  
 129 Comissão de Tomada de Contas do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe do dia treze de  
 130 outubro de dois mil e vinte, data em que a Comissão de Tomada de Contas recebeu da  
 131 contabilidade a previsão orçamentaria de trinta mil. O processo foi enumerado da página um até a  
 132 página noventa e dois. Então, considerando que foi preenchido todos os requisitos do processo e  
 133 justificado também a importância de conceder o auxílio aos profissionais farmacêuticos  
 134 necessitados, enfermos e, se possível, por velhice. Sendo assim, no dia vinte e dois de outubro de  
 135 dois mil e vinte, meu voto é favorável”. A conselheira entregou o processo ao presidente do  
 136 Conselho Regional de Farmácia de Sergipe. Com a palavra o **Dr. Marcos Rios** informou que,  
 137 apresentada as considerações da conselheira Dra. Vanilda, perfazendo uma leitura bem detalhada  
 138 e minuciosa do processo, abrirá o plenário para todos os demais conselheiros fazer as suas  
 139 considerações, acerca da deliberação em apresentação, para após iniciar a votação. Perguntou se há  
 140 algum destaque ou manifestação, acerca da deliberação número Quatro de dois mil e vinte,  
 141 referente ao regramento que trata a mesma. Como não houve mais solicitação para manifestações,

Francisco de Assis de Araújo Penosa  
 Conselheiro do CRF/SE

Dra. Francielle Amarel da Silva  
 Conselheira Regional CRF/SE

Alexandra Sousa Gomes  
 Conselheira do CRF/SE

Lysandro Pinto Borges  
 Conselheiro Suplente

Marcos Rios  
 Presidente do CRF/SE

Rosa de Lourdes Maria Martz  
 Conselheira do CRF/SE

Dra. Vanilda Oliveira Aguiar  
 Conselheira Regional - CRF/SE

Dra. Quênia Carolina Moreno Resende  
 Conselheira Regional - CRF/SE

Vanilda Santos Silva Pereira de Almeida  
 Conselheira do CRF/SE

Clara Rios de França Rocha e Lopes  
 Conselheira do CRF/SE



142  
143  
144  
145  
146  
147  
148  
149  
150  
151  
152  
153  
154  
155  
156  
157  
158  
159  
160  
161  
162  
163  
164  
165  
166  
167  
168  
169  
170  
171  
172  
173  
174  
175  
176  
177  
178  
179  
180  
181  
182  
183  
184  
185  
186  
187  
188  
189

e a Dra. Vanilda já manifestou seu voto, abriu o plenário para votação, e não havendo nenhuma objeção, ficou aprovado por unanimidade o Fundo de Assistência Profissional. Retificou a ausência de Dra. Daniela no plenário. Em seguida passou para o próximo ponto de pauta: **IV – Apresentação e apreciação da Proposta Orçamentaria e do Plano de Trabalho para o exercício de dois mil e vinte e um da Comissão de Tomada de Contas:** O presidente convidou a Dra. Neide de Souza para apresentar com o substanciado. Com a palavra **Dra. Neide** explicou que normalmente o orçamento finalizado é enviado no mês de outubro para o Conselho Federal de Farmácia, mas dada a excepcionalidade da pandemia, houve uma prorrogação, devendo ser encaminhado até o dia cinco de novembro do corrente ano. O orçamento, foi primeiro verificado com a diretoria item por item, depois apreciado pela Comissão de Tomada de Contas, da mesma forma explicado item por item. De acordo com a Dra. Neide, esse orçamento pode ser feito transposição de saldo dentro do mesmo grupo a qualquer momento, desde que dentro do exercício. E a reformulação orçamentaria, caso haja necessidade, se for de algum outro grupo, como exemplo para aquisição de alguma coisa, desde que tenha a disposição financeira, ou seja, orçamento e disposição financeira precisam estar alinhadas. Em seguida Neide fez a leitura do parecer da Comissão de Tomada de Contas (CTC) do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe, processo número dois de dois mil e vinte, com o seguinte teor: “Relatório da análise crítica da proposta orçamentária e plano de trabalho para o exercício de dois mil e vinte e um. **Membros da Comissão de Tomadas de Contas:** A comissão de tomada de contas do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Sergipe – CRF/SE, no ano de dois mil e vinte, está sendo composta pelas conselheiras: Dra. Vanilda Oliveira Aguiar – Presidente da C.T.C do CRF/SE; Dra. Francilene Amaral da Silva – membro da C.T.C do CRF/SE e Dra. Rosa de Lourdes Faria Mariz, Membro da C.T.C. do CRF/SE. **Análise e conclusão:** Reunida na sede do CRF/SE no dia treze de outubro de dois mil e vinte, a comissão procedeu análise minuciosa da Proposta Orçamentária e do Plano de Trabalho para o Exercício do ano de dois mil e vinte e um. Após a análises dos itens mencionados acima, com detalhamento minucioso das contas, o orçamento total do grupo de despesas, será de três milhões oitocentos e noventa e dois mil reais, nos subgrupos de: Investimentos, imobilizados, despesas de custeios e fundo de assistência ao farmacêutico. Nos grupos de receitas será de três milhões oitocentos e noventa e dois mil reais, nos subgrupos de receitas correntes diversas, reforma da sede e verba de subvenção para a fiscalização. Após apreciação foram aprovados pelos membros da Comissão de Tomada de Contas e encaminhada a reunião plenária ordinária do dia vinte e dois de outubro de dois mil e vinte, para conhecimento e aprovação dos membros. Nestes termos, julgamos procedentes e pertinentes a proposta orçamentária e o plano de trabalho para o exercício de dois mil e vinte e um”. Em seguida o presidente, Dr. Marcos Rios, abriu para as considerações da plenária. Com a palavra **Dra. Vanilda** falou “que tem uma preocupação, agora que está à frente da Comissão de Tomada de Contas e participou da apresentação da proposta orçamentaria para o ano de dois mil e vinte e um e vê a situação financeira do Conselho. Desde o ano de dois mil e dezessete, enquanto era conselheira federal do conselho regional de farmácia pelo estado de Sergipe, via a necessidade de pedir o auxílio de subvenção para aprimorar a fiscalização e preocupa-se, pois, o pessoal nem usou por não saber como deveria. Inclusive se mantém preocupada da forma como foi usado o dinheiro em dois mil e dezenove. De acordo a Dra. Vanilda, ela observou e teve acesso a prestação de contas do ano de dois mil e dezenove e considera que não pode ser daquela forma, é indevida. Em seu discurso reforça que esse dinheiro é para aprimoramento da fiscalização, para tecnologia, etc mas foi utilizado para pagar salários de funcionários, diárias, combustíveis, o que não pode. Para Dra. Vanilda, sem esse dinheiro do Conselho Federal de Farmácia, o regional estaria em uma situação ruim financeiramente. Dra. Vanilda apresentou a posição financeira de trinta e um de dezembro de dois mil e dezenove, em que o saldo de quatrocentos e setenta e quatro mil e quarenta e oito reais

Francisco de Assis de Araújo Peixoto  
Conselheiro do CRF/SE

Dra. Francilene Amaral da Silva  
Conselheira Regional - CRF/SE

Alexandra Sousa Gomes  
Conselheira do CRF/SE

Lysandra Pinto Borges  
2ª Conselheira Suplente

Dr. Marcos Rios  
Presidente do CRF/SE

Marcos Cardoso Rios  
Presidente do CRF/SE

Elisdete Maria Santos de Jesus  
Secretária Geral do CRF/SE

Dra. Larissa Peixoto Carvalho  
Diretora Tesoureira - CRF/SE

Rosa de Lourdes Faria Mariz  
Conselheira do CRF/SE

Dra. Vanilda Oliveira Aguiar  
Conselheira Regional - CRF/SE

Dra. Quênia Aguiar Moreno Resende  
Conselheira Regional - CRF/SE

Neide Santos Silva Teixeira de Almeida  
Conselheira do CRF/SE

Clara Raissa de Fátima Rocha e Lopes  
Conselheira do CRF/SE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA  
 CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



190 e quarenta e dois centavos, se não fosse essa subvenção do Conselho Federal de Farmácia, segundo  
 191 a Dra. Vanilda, o regional ficaria em déficit de cinco mil novecentos e cinquenta e um reais. Dra.  
 192 Vanilda ainda relata que teve acesso ao Plano de Cargos e Salários e verificou que o salário dos  
 193 profissionais de nível superior da época, consta equivalente a dez salários mínimos, contrariado o  
 194 edital do último concurso. Dra. Vanilda solicita ao presidente do Conselho de Farmácia que se  
 195 possível convoque o SINDISCOSE a vir aqui para traçar um debate com todos os conselheiros,  
 196 inclusive para ter acesso ao Plano de Cargos e Salários, para ser analisado antes e com todos juntos.  
 197 A conselheira Vanilda falou que a preocupação é que amanhã ou depois essas pessoas que foram  
 198 convocadas entrem na justiça e ganhe judicialmente e o Conselho tenha que pagar equivalente o  
 199 plano vigente. E que todos os conselheiros tenham acesso ao plano atual para ver se procede ou  
 200 não, verificando as contratações de estagiários, comissionados e cumprir o edital. Com a palavra  
 201 **Dr. Marcos Rios** ressaltou a competência da gestão para lidar com as situações administrativas,  
 202 de suas responsabilidades. Destacou que vem tratando de forma cuidadosa com do CRF-SE. Em  
 203 suas falas, Dr. Marcos afirma que não ter dúvida que conheço cada item, um por um, ressentindo  
 204 que pode ter falhado enquanto gestor em não ter aberto processo junto ao Tribunal de Contas da  
 205 União, logo no início da sua gestão, afim de avaliar irregularidades ou não conformidades, haja  
 206 vista os indícios já apontados pelos relatórios de auditoria do CFF. Em sua fala, Dr. Marcos Rios  
 207 ressalta que o não envio de cobranças de créditos podem ter sido causa de perda de receita. Mesmo  
 208 no início da gestão haviam processos administrativos fiscais julgados procedentes não enviados.  
 209 De acordo com o Dr. Marcos Rios, em recente auditoria interna realizada no setor jurídico e de  
 210 cobranças, há valores significativos que foram prescritos por falta de cobrança administrativa e  
 211 mesmo judicial. Para isso sim, tem impacto nesse orçamento. Estamos reestruturando o setor de  
 212 cobrança e esperamos ser mais efetivos e não prevaricar. Em sua fala, Dr. Marcos Rios ressalta que  
 213 vem adotando medidas para atender as recomendações do Tribunal de Contas da União e do  
 214 Conselho Federal de Farmácia. Desde que foi implementada as cobranças administrativas, mesmo  
 215 de profissionais, nunca antes feita no CRF-SE, começamos a ter recebíveis. É nisso, na eficiência  
 216 da gestão que estamos apostando, na eficiência de saber cobrar e saber oferecer, contamos que  
 217 tudo isso pode ajudar. De acordo com o Dr. Marcos Rios, há ciência, que o trabalho da atual gestão  
 218 foi pensado a longo prazo, nos quatro anos de gestão. Em sua fala, ressalta que a gestão irá entregar  
 219 um trabalho a longo prazo, sabendo o que tem que ser feito e até quando, não infringindo qualquer  
 220 norma, conscientemente. Ressalta que o Conselho Federal de Farmácia ofereceu a verba de  
 221 subvenção, mas não havia feito um regramento muito claro, sendo indicado, no início, para  
 222 investimento em fiscalização em imobilizados, e posteriormente no ano de dois mil e dezoito,  
 223 através de circular, o Conselho Federal emitiu nota orientando o uso dos recursos para verba de  
 224 custeio. Segundo o Dr. Marcos Rios, alguns regionais que compraram carros para investimento na  
 225 fiscalização erraram, como nós iríamos errar também, se tivéssemos finalizado o processo de  
 226 aquisição. A recente orientação é que a verba de subvenção para aprimoramento da fiscalização  
 227 seja utilizada para uso de despesas de pessoal e despesas com a fiscalização desde que esteja  
 228 vinculada a fiscalização, conforme orientação do Conselho Federal de Farmácia. Por isso que houve  
 229 uma transposição do dinheiro. Dr. Marcos Rios, reafirma que a gestão do Conselho de Farmácia  
 230 de Sergipe é muito consciente dos gastos que vem apresentando, a gestão é muito tranquila em  
 231 saber quem são seus funcionários, quantos são e quanto custam ao CRF-SE. Entre as ações que  
 232 promovem eficiência, Dr. Marcos, exemplificou que precisou reorganizar o quadro de funcionários  
 233 exonerando um profissional de maior custo, o que permitiu contratar profissionais com menores  
 234 salários. Segundo o Dr. Marcos, o CRF-SE tem hoje mais quatro funcionários para entregar um  
 235 serviço melhor à comunidade. Em relação ao SINDISCOSE, Dr. Marcos Rios, informa que em  
 236 fevereiro do corrente ano, houve a primeira reunião com o órgão para as tratativas da atualização  
 237 do plano de cargos e salários do CRF-SE vigente desde o ano de mil novecentos e noventa e oito.

Francisco de Assis de Aragão Feltosa  
 Conselheiro do CRF/SE

Dra. Franciene Amaral da Silva  
 Conselheira Regional CRF/SE

Alexandra Sousa Gomes  
 Conselheira do CRF/SE

Lysandra Pinto Borges  
 Conselheira Suplente

Fábio Jorge Romão de Assis  
 Conselheiro

Rosa de Lourdes Faria Mariz  
 Conselheira do CRF/SE

Dra. Vanilda Oliveira Aguiar  
 Conselheira Regional - CRF/SE

Dra. Quênia Garcia Moreno Resende  
 Conselheira Regional - CRF/SE

Daniela Santos Silva Ferreira de Almeida  
 Conselheira - CRF/SE

Maria Rosa de Fátima Rocha e Lopes  
 Conselheira do CRF/SE

Elisdete Maria Santos de Jesus  
 Secretária Geral do CRF/SE

Dra. Larissa Feitosa Carvalho  
 Diretora Tesoureira - CRF/SE

Dr. Marcos Rios  
 Presidente do CRF/SE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA  
 CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



238  
 239  
 240  
 241  
 242  
 243  
 244  
 245  
 246  
 247  
 248  
 249  
 250  
 251  
 252  
 253  
 254  
 255  
 256  
 257  
 258  
 259  
 260  
 261  
 262  
 263  
 264  
 265  
 266  
 267  
 268  
 269  
 270  
 271  
 272  
 273  
 274  
 275  
 276  
 277  
 278  
 279  
 280  
 281  
 282  
 283  
 284  
 285

mas que, em função da pandemia pelo coronavírus, não houve evolução nas tratativas. Dr. Marcos frisa que a reunião com o sindicato é administrativa e que, os apontamentos serão trazidos para ciência e homologação do plenário. Segundo o Dr. Marcos a negociação com os funcionários e instituição que os representa está no nível administrativo da gestão, estando ciente das responsabilidades que implicam as tomadas de decisões. De acordo com o Dr. Marcos, estas atualizações serão trazidas pela diretoria do CRF-SE, não pelo SINDISCOSE. Em seguida o presidente finalizou essa discussão, que não consta em pauta, abrindo para as inscrições solicitadas. Com a palavra **Dra. Larissa**, ressaltou que a Dra. Vanilda pode ter razão quando destaca que a verba de subvenção cobriu as despesas no ano anterior, mas destaca que é preciso uma análise para os números já que o CRF-SE aumentou o quadro de funcionários e demitiu um funcionário que custou quase cem mil reais, não previstos no planejamento orçamentário do ano, o que só foi possível graças a disponibilidade financeira. Precisa também analisar a diminuição da receita, devido a não cobrança de taxas. Deve-se analisar a redução de despesas, especialmente, com gastos de diretoria. Na visão da Dra. Larissa, somente a demissão, se não fosse executada, geraria o superávit de noventa e cinco mil, e não o déficit de cinco mil, conforme aponta a conselheira. Sobre a atualização do Plano de Cargos e Salário, Dra. Larissa resalta que a preocupação mostrada pela Conselheira é ainda maior para os dirigentes da instituição, retratando que os custos com pessoal eram responsáveis por sessenta e cinco por cento do nosso custo operacional, promovidos pelo histórico de reajustes irresponsáveis de quinze, dez, vinte e cinco por cento ao ano. De acordo com a Dra. Larissa a discussão com o SINDISCOSE não finalizou justamente porque há discussões com o presidente do sindicato, que está preocupado com algumas evoluções que aconteceram ano a ano, e emitirá um parecer sobre as correções monetárias a serem, eventualmente, aplicadas. Ainda segundo a Dra. Larissa, é perceptível como o fato de não ter expertise, no primeiro momento, não imputou a esta gestão uma administração irresponsável, como já pode ser acusada. Segundo o seu relato, o CRF-SE reduziu em cinquenta por cento de gastos com passagens e diárias de diretoria. Os aumentos dos gastos em algumas áreas estão associados ao número de profissionais, já que aumentou o recurso humano. Com a palavra **Dra. Rosa de Lourdes**, justificou a colocação feita pelo Dr. Marcos no que se refere aos valores prescritos. Em sua fala, a Dra. Rosa alega que as cobranças foram feitas, agora muitas dessas empresas não existem mais, estavam fechadas, não foram localizadas, por isso que elas prescreveram. Ainda segundo a Dra. Rosa, não tem como gastar para localizar essas empresas, pois muitas destas empresas estão fechadas. Em seguida **Dr. Fábio Ramalho**, indagou a conselheira Dra. Rosa sobre como a conselheira prova que as multas estavam fora do prazo, já que na gestão em que foi diretor tesoureiro encontrou inúmeras multas que não foram enviadas em sua gestão, cabendo a atual gestão a diligência, o que provocou desconfortos, já que muitos comentários surgiram de que era perseguição. Dra. Rosa esclareceu que não são estas multas que estão prescrevendo. Com a palavra **Dra. Vanilda Oliveira**, retrata que não fazia parte da gestão do CRF-SE à época, mas estava no Conselho Federal de Farmácia e acompanhava todo o tramite daqui do regional e também valoriza o trabalho dos gestores anteriores. Relata que trabalhou para conseguir recursos para este CRF-SE, exemplificando a aquisição do terreno do estacionamento, que, pelo fato de não poder sair como doação, teve que sair como empréstimo. Dra. Vanilda questiona a apresentação da Dra. Neide, alegando que o CRF-SE nunca ficou com as contas no vermelho, finalizando com saldo. A mesma apresentou uma série de despesas cobertas pelo regional, o que pode mostrar a aplicação dos recursos: gastos com documentação do cartório para compra do terreno do estacionamento; gastos com a campanha Nacional da Dengue. Segundo a Dra. Vanilda, foi aí que o Conselho Regional pediu emprestado e pagou em parcelas e o conselho deixou o saldo no ano de dois mil e dezessete passando para a nova gestão do ano dois mil e dezoito. Dra. Vanilda ainda alega que esteve presente quando a contador Neide perguntou a Dra. Rosa se pagaria as primeiras contas do ano de dois mil e dezoito, porque a nova diretoria ia ter que

Francisco de Assis de Araújo Feltosa  
 Conselheiro do CRF/SE

Dra. Francilene Amaral da Silva  
 Conselheira Regional - CRF/SE

Alexsandra Sousa Gomes  
 Conselheira do CRF/SE

Lysandra Pinto Borges  
 2º Conselheiro Suplente

Fábio Ramalho de Amorim  
 Conselheiro

Rosa de Lourdes Paria Martz  
 Conselheira do CRF/SE

Dra. Vanilda Oliveira Aguiar  
 Conselheira Regional - CRF/SE

Dra. Quênia Garcia Moreno Resende  
 Conselheira Regional - CRF/SE

Vanilda Santos Silva Ferreira de Almirim  
 Conselheira do CRF/SE

Dra. Larissa Feltosa  
 Conselheira do CRF/SE



286  
 287  
 288  
 289  
 290  
 291  
 292  
 293  
 294  
 295  
 296  
 297  
 298  
 299  
 300  
 301  
 302  
 303  
 304  
 305  
 306  
 307  
 308  
 309  
 310  
 311  
 312  
 313  
 314  
 315  
 316  
 317  
 318  
 319  
 320  
 321  
 322  
 323  
 324  
 325  
 326  
 327  
 328  
 329  
 330  
 331  
 332  
 333

fazer rubrica nos bancos, e a mesma informou que era para pagar e reforça que foi deixado saldo bancário positivo e com relação a última parcela de empréstimo que devia, ainda iria vencer no ano de dois mil e dezoito. Mesmo tendo a parcela em aberto, não seria justo afirmar que foi deixado débito pela gestão anterior. Dra. Vanilda acrescenta que sobre a verba de aprimoramento da fiscalização, ainda quando esteve Conselheira Federal, conseguiu trazer verba para aprimoramento da fiscalização e solicita que fossem apresentados os ofícios e demais recomendações do CFF sobre o uso do recurso. Em seguida, Dr. Fábio comenta que a diferença entre o saldo bancário deixado pela gestão anterior e o valor da dívida em aberto com CFF a ser quitada na época, configura débito. Dr. Marcos convida a contadora Josefa Neide para que possa fazer considerações acerca da fala da Dra. Vanilda. Com a palavra, Dra. Neide esclareceu que a explicação da diferença entre os conceitos de superávit, déficit e saldo bancário foi realizada aos membros da CTC, porém reforça que os termos superávit e déficit estão relacionados à diferença entre despesas e receitas do exercício e saldo bancário diz respeito ao montante presente em conta bancária. O fato de haver saldo bancário positivo, não caracteriza superávit. Em relação ao pedido de prestação de contas feito pela Dra. Vanilda, a assessora contábil explica que toda documentação já havia sido aprovada pela CTC anterior e pelo Conselho Federal, não havendo, num primeiro momento, necessidade deste novo processo. Em seguida, Dr. Marcos perguntou a Neide se a mesma tinha alguma dúvida com relação ao que Dra. Vanilda perguntou, obtendo a resposta de Neide que “não, e inclusive se Vanilda e Rosa quiserem, eu passo os balancetes patrimoniais”. Em sua fala, Dr. Marcos ressalta que a atual gestão tem sido estritamente técnica, esclarecendo que possui assessorias de sua de confiança e de suporte e pede que não haja desgaste do plenário com essas questões, uma vez que o plenário tem que ser propositivo para a categoria farmacêutica. Em seguida, Dr. Marcos pede que se olhe para frente, ressaltando que todos se dispuseram estar para contribuir e, atualmente, as atitudes apresentadas no plenário não representa o farmacêutico no estado de Sergipe. Finalizando as discussões, Dr. Marcos Rios coloca em votação do plenário o Plano do Orçamento do ano de dois mil e vinte e um. Não havendo contrapontos, abriu para votação, perguntando se algum dos conselheiros possuía alguma objeção, abstenção e não havendo ficou aprovado conforme foi lido e apresentado na reunião plenária. **Dr. Marcos Rios**, passou para o próximo ponto de pauta, repassando a palavra a Dra. Larissa Feitosa, que fez uma explanação através de Datashow: **V – Apresentação dos Resultados da Fiscalização Orientativa, realizada no período de março a julho de dois mil e vinte**; Dra. Larissa retrata que, logo no início do ano, com a deliberação da pandemia, o Conselho Federal de Farmácia publicou a Resolução número seiscentos e oitenta e quatro de dois mil e vinte, determinando, a princípio, que a fiscalização não pudesse acontecer. Após uma ressalva dos Presidentes dos CRFs e Conselheiros Federais junto com a diretoria do Conselho Federal, e essa Resolução foi formulada, liberando que a fiscalização de cunho exclusivamente orientativa. Dra. Larissa destaca que a fiscalização, obviamente, tem que ser orientativa, mas nesse caso, seria de cunho exclusivo, por conta dessa pandemia, que realmente mudou toda a nossa realidade, por muito tempo e ainda continua mudando. O CRF-SE então, deliberou que as fiscalizações durante o período da pandemia aconteceria com a participação de pelo menos um dos diretores e o farmacêuticos fiscal, servindo de incentivo. Em algumas ações houve colaboração também com o sindicato dos farmacêuticos que acompanhou o CRF-SE em várias visitas e situações entre o período de vinte e quatro de março até dezoito de agosto do corrente ano. Ocasionalmente não estariam previstas a aplicação de auto de infração e montagem de processos administrativos fiscais, a salvo, em casos de infrações provocadas por denúncias. De acordo com a Dra. Larissa, as visitas focaram em avaliar as condições as quais os farmacêuticos estavam expostos no trabalho, resguardando os cuidados e proteção com o uso dos Equipamentos de Proteção (EPI) adequados, bem como se estes EPIs estavam sendo fornecidos pelos empregadores. Oportunamente, quando constatadas a não disponibilidade de EPIs, o CRF-SE

Francisco de Assis da Araújo Feitosa  
 Conselheira do CRF/SE

Dra. Franciene Amaral da Silva  
 Conselheira Regional - CRF/SE

Larissa de Sousa Gomes  
 Conselheira do CRF/SE

Lysandro Pinto Borges  
 2º Conselheiro Suplente

Fábio Jorge Kamalita de Amorim  
 Conselheiro

**MARCOS CARDOSO RIOS**  
 Presidente do CRF/SE

**Elisdete Maria Santos de Jesus**  
 Secretária Geral do CRF/SE

**Dra. Larissa Feitosa Carvalho**  
 Diretora Tesoureira - CRF/SE

**Dra. Rosa de Lourdes Paria Mariz**  
 Conselheira do CRF/SE

**Dra. Vanilda Oliveira Aguiar**  
 Conselheira Regional - CRF/SE

**Dra. Quênia Borges Moreno Resende**  
 Conselheira Regional - CRF/SE

**Daniela Santos Silva Barreto de Almeida**  
 Conselheira do CRF/SE

**Dra. Rosângela Maria Falcão e Lopes**  
 Conselheira do CRF/SE



334 através da verba de subvenção oferecida pelo CFF e processos de compras realizados pelo CRF-  
 335 SE, disponibilizou uma caixa de luvas cirúrgicas, dez máscaras descartáveis e um frasco de  
 336 quinhentos mililitros de álcool gel a 70%. Segundo a Dra. Larissa também foram distribuídos os  
 337 materiais educativos como o fascículo da edição especial do 'Educar para Fiscalizar', com  
 338 orientações para os farmacêuticos se comportar em casos que atendessem pacientes infectados ou  
 339 com suspeita de Covid-19. Em outros momentos o CRF-SE distribuiu cartazes com orientações  
 340 gerais e importantes para a população. Segundo dados apresentados pela Dra. Larissa, o número  
 341 total de fiscalizações orientativas nesse período foi de quatrocentos e trinta. Os dados apresentados  
 342 descrevem a equipe do CRF-SE que participou das ações, bem como os integrantes do  
 343 SINDIFARMA, quando presentes. Em seguida o Dr. Marcos Rios pediu a palavra para fazer um  
 344 adendo, destacando que sempre que o farmacêutico estava presente e sem o Equipamento de  
 345 Proteção Individual, fora feito ofícios comunicando aos órgãos reguladores e executores sobre as  
 346 infrações constatadas. Assim sendo, o CRF-SE apresentou ofícios ao Ministério Público do  
 347 Trabalho e as empresas, bem como às secretarias de saúde e vigilância sanitária dos municípios  
 348 como Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros e outros. Segundo o Dr. Marcos Rios,  
 349 quando foram encontrados farmacêuticos em situações de vulnerabilidade, foi entregue o kit e ao  
 350 mesmo tempo, foi indicado as situações ao Ministério Público do Trabalho e as secretarias  
 351 municipais. Continuando a fala de Dra. Larissa, não foi possível cobrir todo o Estado, assim  
 352 assumiu áreas de representação, com base nos índices de infecção apresentados pela prefeitura de  
 353 Aracaju e do Estado. De acordo com a exposição da Dra. Larissa, foram cobertos os dez principais  
 354 bairros de Aracaju que tinham mais casos prevalentes e maiores incidências, e obviamente depois  
 355 de cobertos, partiu-se para outros bairros. No caso do interior do Estado, foram contemplados  
 356 municípios das cinco regiões do nosso Estado, sendo alguns municípios visitados por conveniência,  
 357 que é quando conseguiu-se ir em um município pequeno e vizinho, conseguindo abarcar ambos  
 358 no mesmo dia e turno. Ao final foram visitados trinta bairros, contando Aracaju, a região  
 359 metropolitana e cidades do interior, descontando a região metropolitana, no caso São Cristóvão,  
 360 Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro. Ainda segundo o relatório da Dra. Larissa,  
 361 foram visitados um total de dezesseis cidades, algumas delas, inclusive mais de uma vez, porque a  
 362 apuração de denúncia era permitida, durante esse tempo, na Resolução Seiscentos e Oitenta e  
 363 Quatro do CFF. Dra. Larissa ainda ressalta que o CRF-SE recebeu denúncias do Ministério Público  
 364 e da Vigilância Sanitária para apurar casos específicos. Segundo os resultados apresentados, quatro  
 365 estabelecimentos foram alvos de apuração de denúncia, sendo motivadas por falta de farmacêutico,  
 366 falta de Equipamento de Proteção Individual (EPI), falta de farmacêutico com venda indevida de  
 367 medicamento, bem como de Unidade Básica de Saúde (UBS) que não possuía farmacêutico. Os  
 368 resultados das fiscalizações foram encaminhados ao Ministério Público e ao Sindicato, quando este  
 369 não acompanhou a visita. Foram entregues apenas onze quites, com realização de registro por  
 370 escrito. Os demais resultados da ação foram detalhados aos conselheiros, através de apresentação  
 371 visual. Ao longo da apresentação, Dra. Larissa esclarece alguns pontos da metodologia aplicada.  
 372 Em seguida Dr. Marcos falou que essa ação reflete muito o que é a assistência farmacêutica no  
 373 estado de Sergipe, deficitária, obtendo mais ausência do que presença do farmacêutico e que "foi  
 374 frustrante irmos as farmácias prestar uma solidariedade aos profissionais e eles não estarem  
 375 presente para receber o material. Não gostaríamos de entregar, logicamente, a intensão é que  
 376 estivessem presentes e fazendo o uso dos equipamentos, mas na maioria das vezes, não os  
 377 encontramos para fazer a entrega do material, bastante lamentável". Após, Dra. Larissa fez um  
 378 relato de caso em que em um determinado município do interior, não foi encontrado nenhum  
 379 farmacêutico nas farmácias comunitárias, e todos debateram sobre o assunto. Foi reforçado pelo  
 380 presidente Dr. Marcos, a necessidade de mudança de postura e compreensão da responsabilidade  
 381 de todos os presentes, como membros que fazem o plenário. Em seguida, Dr. Marcos chama

**Marcos Cardoso Rios**  
 Presidente do CRF/SE

**Elisdete Maria Santos de Jesus**  
 Secretária Geral do CRF/SE

**Dra. Larissa Peixoto Carvalho**  
 Diretora Tesoureira - CRF/SE

Francisco de Assis de Araújo Peixoto  
 Conselheiro do CRF/SE

Dra. Francielle Ambram da Silva  
 Conselheira Regional CRF/SE

Alexandra Sousa Gomes  
 Conselheira do CRF/SE

Lysandro Pinto Borges  
 2º Conselheiro Suplente

Fábio Jorge Remeallo de Amorim  
 Conselheiro

Rosa de Lourdes Faria Mariz  
 Conselheira do CRF/SE

Dra. Vanilda Oliveira Aguiar  
 Conselheira Regional - CRF/SE

Dra. Queniam Soares Moreno Resende  
 Conselheira Regional - CRF/SE

Daniela Santos Silva Ferreira de Almeida  
 Conselheira do CRF/SE

Resolução de Conselho de Administração  
 Conselheira do CRF/SE





382  
 383  
 384  
 385  
 386  
 387  
 388  
 389  
 390  
 391  
 392  
 393  
 394  
 395  
 396  
 397  
 398  
 399  
 400  
 401  
 402  
 403  
 404  
 405  
 406  
 407  
 408  
 409  
 410  
 411  
 412  
 413  
 414  
 415  
 416  
 417  
 418  
 419  
 420  
 421  
 422  
 423  
 424  
 425  
 426  
 427  
 428  
 429

atenção para uma reflexão sobre o futuro que este Conselho deseja para a profissão farmacêutica em Sergipe e reforça a importância do voto consciente no momento de julgamento dos processos administrativos fiscais, que deve sempre ser realizado respaldado em critérios técnicos e legais. Emocionado, Dr. Marcos Rios finaliza sua fala reforçando que a atual gestão mantém-se tranquila no sentido de estar realizando todos os procedimentos de maneira correta, mas questiona, mais uma vez, se o papel do plenário vem sendo cumprido. Com a palavra, **Dra. Larissa** faz um complemento ao que foi discutido em relação às fiscalizações orientativas, lembrando que foi realizada uma reunião da diretoria do CRF-SE com dois promotores do Ministério Público do Trabalho (MPT). A priori, a pauta desta reunião foi uma tentativa de proteger os farmacêuticos que estavam sem receber os Equipamentos Individual de Proteção (EPI's), entretanto, os promotores solicitaram uma cópia do relatório dos estabelecimentos que haviam sido visitados até aquela data, para que fossem tomadas providências diretas do MPT. Em seguida **Dr. Marcos Rios** questiona se algum membro do plenário deseja fazer alguma ponderação ou colocação acerca da apresentação das fiscalizações orientativas, abrindo para inscrições. Com a palavra, **Dr. Lysandro Borges**, parabenizou a diretoria pelo trabalho das fiscalizações orientativas, mencionando que o trabalho foi relevante e perigoso e merecedor de valorização. Reforçou o apoio à atual gestão e suas ações no enfrentamento da pandemia. Em seguida, dá exemplo de situações vivenciadas no estado Rio Grande do Sul, referentes à ausência de farmacêuticos nos estabelecimentos e faz um comparativo com a situação do estado de Sergipe. Reforçou a importância do regional contar com uma Comissão de Ética atuante, para inibir ações não condizentes com a profissão. Com a palavra, **Dra. Daniela** reforçou a fala de Dra. Larissa quanto aos farmacêuticos que foram encontrados em situação de vulnerabilidade, reforçando que foram realizadas denúncias tanto ao SINDIFARMA-SE quanto ao CRF-SE acerca dessas situações. O sindicato, ao receber às denúncias, entrava em contato com a gerência do estabelecimento para solicitar esclarecimentos e esclarecer alguns aspectos legais. Em seguida, quando a fiscalização era realizada, em vários desses estabelecimentos, a oferta de EPI's havia sido regularizada. Dra. Daniela também abre uma reflexão sobre a necessidade que a categoria tem de mostrar para a sociedade o quanto é necessária e não apenas cobrar do sindicato os reajustes salariais, quando muitos dos colegas sequer está presente nos seus respectivos compromissos. Ressalta ainda que o papel do Conselho é garantir à população o direito de ser assistido por um profissional farmacêutico, através da fiscalização e lembra as inúmeras queixas que recebe de colegas, lamentando a falta de emprego, ao mesmo tempo em que há no estado estabelecimentos em número suficiente para suprir a quantidade de profissionais. Com a palavra, **Dra. Maria de Fátima** fala que ao longo de sua jornada como profissional farmacêutica nunca testemunhou uma diretoria do CRF-SE que tanto trabalhasse em prol da categoria. Expressou sentimento de orgulho aos diretores e parabenizou pela fiscalização orientativa realizada em mais de quatrocentos estabelecimentos, diante do cenário de pandemia. Parabenizou os colegas pelo trabalho realizado, demonstrando sentimento de gratidão e fazendo menção às palavras do Dr. Lysandro. Em seguida, faz uma observação direcionada aos conselheiros que também são professores, conclamando uma mudança na forma como os futuros farmacêuticos são preparados para a atividade de dispensação, visando melhorias para a categoria. Dra. Fátima direciona a fala ao Dr. Marcos, afirmando que o mesmo é reconhecido por todo trabalho que vem desempenhando à frente do CRF-SE e, novamente, expressa sentimento de gratidão. Com a palavra, o presidente **Dr. Marcos** pede desculpas pela emoção e agradece a palavras de carinho recebidas dos colegas. Reafirma que a gestão do CRF-SE está sendo conduzida por pessoas sérias e que tem prazo para finalizar as atividades. Em seguida, agradeceu a parceria das diretoras Dra. Elisdete e Dra. Larissa na condução das atribuições da diretoria e determinou que a relatoria e o julgamento dos processos administrativos fiscais passem para a plenária seguinte, encerrando assim a reunião, AD REFERENDUM. **Leitura e Votação dos Processos Fiscais: Processos de Defesas AD**

Francisco de Assis de Aragão Felosa  
 Conselho Regional de Farmácia do CRF/SE  
 Dra. Francilene Amaral da Silva  
 Conselheira Regional CRF/SE  
 Alexsandra Sousa Gomes  
 Conselheira do CRF/SE  
 Lysandro Pinto Borges  
 2º Conselheiro Suplente  
 Fábio Jorge Ramalho de Amorim  
 Conselheiro

Rosa de Lourenço Faria Maniz  
 Conselheira do CRF/SE  
 Dra. Vanilda Oliveira Aguiar  
 Conselheira Regional - CRF/SE  
 Dra. Quênia Garcia Moreno Rezende  
 Conselheira Regional - CRF/SE  
 Daniela Santos Silva Ferreira de Almeida  
 Conselheira do CRF/SE  
 Clara Rios de Faria Rocha e Lopes  
 Conselheira do CRF/SE

Av. Governador Paulo Barreto, 352 - 13 de julho - CEP:49020-010 - Aracaju/SE - (79)3211-9985/3211-8577 - e-mail:crf\_se@yahoo.com.br  
**Marcos Cardoso Rios**  
 Presidente do CRF/SE

**Elisdete Maria Santos de Jesus**  
 Secretária Geral do CRF/SE

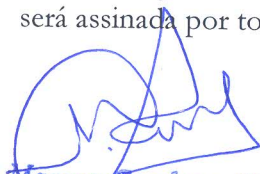
**Dra. Larissa Feltosa Carvalho**  
 Diretora Tesoureira - CRF/SE





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA  
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



430 REFERENDUM: Proc.nº3959; 20022003121501; 20022003191437; 20022003191527; 20022003191628.  
431 Dr. Marcos Rios, declara que a plenária está encerrada, pedindo desculpa por não ter mais  
432 condições de dar continuidade ao próximo ponto de pauta da leitura e votação dos processos  
433 fiscais. E nada mais a declarar, o Presidente Dr. Marcos Cardoso Rios, finaliza a reunião plenária  
434 as vinte e uma horas e quinze minutos, agradece a presença de todos e eu, Dra. Elisdete Maria  
435 Santos de Jesus – secretária geral do CRF/SE, lavrei a presente ata que após lida e aprovada  
436 será assinada por todos. Aracaju, vinte e dois de outubro de dois mil e vinte.-----


  
Marcos Cardoso Rios  
Presidente do CRF/SE

  
Elisdete Maria Santos de Jesus  
Secretária Geral do CRF/SE

  
Dra. Larissa Feitosa Carvalho  
Diretora Tesoureira - CRF/SE

  
Alessandra Sousa Gomes  
Conselheira do CRF/SE

  
Clara Raissa de França Rocha e Lopes  
Conselheira do CRF/SE

  
Daniela Santos Silva Ferreira de Almeida  
Conselheira do CRF/SE

  
Dra. Francilene Amaral da Silva  
Conselheira Regional CRF/SE

  
Francisco de Assis de Aragão Feitosa  
Conselheiro do CRF/SE

  
Fábio Jorge Ramalho de Amorim  
Conselheiro

  
Dra. Quênnia Garcia Moreno Resende  
Conselheira Regional - CRF/SE

  
Lysandro Pinto Borges  
2º Conselheiro Suplente

  
Dra. Vanilda Oliveira Aguiar  
Conselheira Regional - CRF/SE

  
Rosa de Lourdes Faria Mariz  
Conselheira do CRF/SE